



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA – FEF**

**EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO ENSINO BÁSICO BRASILEIRO EM TEMPOS DE
PANDEMIA.**

VICTOR GOMES DE ALMEIDA OLIVEIRA

**BRASÍLIA- DF
2021**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA(UnB)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA – FEF

VICTOR GOMES DE ALMEIDA OLIVEIRA

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA:
Análise das dificuldades enfrentadas no cumprimento das
diretrizes curriculares da Educação Física Escolar no ensino
básico. .

Monografia apresentada a Faculdade de Educação Física - FEF - Departamento da Universidade de Brasília (UnB), como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Educação Física e aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob a orientação do professor Daniel Cantanhede Behmoiras.

BRASÍLIA- DF
2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

Prof. Dr. Daniel Cantanhede Behmoiras (Orientador)

Prof. Glauco Falcão de Araújo Filho

AGRADECIMENTO

Ao Professor Daniel Cantanhede pela a atenção e orientação do meu TCC.

À minha esposa Barbara Leão Sabóia, por me apoiar nos momentos mais difíceis e sempre estar ao meu lado.

À minha mãe Erica Gomes de Almeida, por me dar apoio psicológico.

Aos meus grandes amigos Diego Oliveira e Thiago Avelar, por todo o apoio e companheirismo nessa trajetória final de conclusão de curso.

EPIGRAFE

*"Presentemente, eu posso me
considerar um sujeito de sorte*

*Porque, apesar de muito moço, me
sinto são e salvo e forte*

*E tenho comigo pensado: Deus é
brasileiro e anda do meu lado*

*E assim já não posso sofrer no ano
passado*

*Tenho sangrado demais, tenho chorado
pra cachorro*

*Ano passado eu morri, mas esse ano
eu não morro"*

Canção de Belchior

Memorial

Nasci em 01 de junho de 1995, em Brasília - Distrito Federal - onde passei a infância e onde passo a vida adulta. Em ambos os períodos sempre demonstrei aptidão e desenvoltura para o desenvolvimento de atividades físicas - principalmente no ambiente esportivo. Desde antes da graduação no ensino médio e graças ao papel estruturante dos educadores físicos escolares na minha trajetória estudantil - vislumbrei exercer da profissão de professor, com enfoque nas práticas corporais necessárias para o desenvolvimento e formação de alunos dentro do ambiente escolar. Com este objetivo em mente, participei do processo seletivo regular da Universidade de Brasília (UnB) no ano de 2014 - mesmo ano em que comecei minha trajetória acadêmica como estudante do curso de Educação Física na referida instituição pública.

Passei por vários setores da Educação Física: trabalhei como estagiário na Associação Nacional de Equoterapia (ANDE), fiz parte do Movimento dos Estudantes de Educação Física onde participei do XVIII Encontro Regional de Estudantes de Educação Física em Goiânia- GO, do XXXVI Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física em Belém/PA e do XXXVII Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física no Rio de Janeiro RJ; Tornei-me atleta de canoagem no final do primeiro semestre da graduação através da seletiva do Clube Universitário de Canoagem (CUCa) fazendo parte futuramente da de sua gestão, atuando como tesoureiro e auxiliar técnico. Disputei o campeonato Sul-americano de Canoagem Oceânica em 2017 pela a UnB - conquistando 3º lugar na categoria Sub23. No mesmo ano fui campeão sênior do Campeonato Brasiliense de Canoagem Maratona, sendo indicado ao Prêmio Brasília Esporte 2018; Desenvolvi, ainda, atividades com para canoagem em parceria com a escola PSM (Performance e Saúde Multi-Esporte) onde atuei como instrutor de canoa polinésia e aprofundi a pesquisa e sobre a prática de atividades motoras adaptadas.

No segundo semestre de 2019 ocorreu meu desligamento da Universidade, sendo seguido pela reintegração no ano de 2020. Este período marca minha trajetória acadêmica pois o calendário acadêmico de 2020 acabou sendo interrompido temporariamente por conta da crise sanitária gerada pela pandemia do Coronavírus (COVID-19). A retomada das aulas deu-se por intermédio do Ensino

Remoto Emergencial (ERE). Com isso, vivenciei o período de conclusão da graduação em Licenciatura em Educação Física na modalidade não presencial - situação que influenciou diretamente na delimitação do tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), onde disserto sobre os possíveis impactos na aplicação das diretrizes disciplinares da Educação Física no Ensino Básico e analiso as práticas evidenciadas neste período de emergência sanitária.

RESUMO

Este trabalho busca discutir as dificuldades enfrentadas no cumprimento das diretrizes curriculares da Educação Física Escolar no ensino básico brasileiro durante o período de calamidade sanitária que modificou o calendário escolar e motivou a implementação de modalidades de ensino não presenciais e híbridas. O primeiro caso de contaminação pelo novo coronavírus (COVID-19) oficialmente confirmado em território nacional pelas autoridades brasileiras ocorreu em 26 de fevereiro de 2020, próximo ao início do calendário letivo escolar daquele ano. Neste sentido, foi realizada uma revisão bibliográfica de estudos acerca do tema, objetivando trabalhar os conceitos de Ensino a Distância (EAD) e o Ensino Remoto Emergencial (ERE) - diferenciando e delimitando as particularidades de cada um e especificando os aspectos incidentes sobre o ensino a disciplina de Educação Física enquanto componente curricular obrigatório no ensino básico.

A partir desta análise qualitativa, foram identificadas as medidas adotadas para adaptar o ensino educacional em caráter emergencial, instrumentalizadas por normas editadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e definidas em conjunto com o corpo técnico do Ministério da Educação (ME), observando as garantias constitucionais e deveres do Estado para com os alunos.

Por fim, serão observados os processos de discussão de consolidação dos protocolos sanitários necessários ao possível retorno presencial de atividades físicas escolares no ambiente público, passado o período agudo de crise sanitária, bem como as dificuldades para implementação prática de tais procedimentos.

Palavras chave: Educação Física. Ensino Básico Brasileiro. Crise Sanitária. Professor de Educação Física.

Resumen

Este trabajo busca discutir las dificultades enfrentadas en el cumplimiento de las pautas curriculares de la educación Física Escolar en la escuela primaria brasileña durante el periodo de calamidad sanitaria que modificó el calendario del colegio y motivo la implementación de las modalidades de enseñanza no presenciales y híbridas. El primer caso de contaminación por el nuevo coronavirus (COVID-19) oficialmente confirmado en territorio nacional por las autoridades brasileñas ocurrió en el día 26 de febrero de 2020, próximo al inicio del calendario académico de aquel año. En este sentido fue realizada una revisión bibliográfica de estudios a cerca del tema, objetivando trabajar los conceptos de enseñanza a distancia (EAD) y la enseñanza remota emergencial (ERE) – diferenciando y delimitando las particularidades de cada una y especificando los aspectos incidentes sobre el ensino de la disciplina de la educación física en cuanto el componente del plan de estudios obligatorio en escuela primaria.

A partir de esta análise qualitativa, fueron identificadas las medidas adoptadas para adaptar la enseñanza educacional en personaje de emergencia, instrumentalizadas por normas editadas por el consejo nacional de educación (CNE) y definidas en conjunto con el cuerpo técnico del ministerio de la educación (ME), observando las garantías constitucionales y deberes del estado para con los alumnos.

Por fin, serán observados los procesos de discusión de consolidación de los protocolos sanitarios necesariamente al posible retorno presencial de las actividades físicas colegiales en el ambiente público, pasado el periodo agudo de la crisis sanitaria, bien como las dificultades para la implementación práctica de tales procedimientos.

Palavras – llaves: Educación Física, colegio primario brasileño, crisis sanitaria, Maestro de Educación Física.

Lista de figuras e quadros

Figura 1: As 4 dimensões	24
Figura 2: Quantitativo da população e amostra da pesquisa	32
Figura 3: Você tem enfrentado alguma dificuldade no acesso ao conteúdo disponibilizado pela escola?	33
Quadro 1: A visão do aluno	35
Quadro 2: A visão do professor	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivo Geral	11
1.2 Objetivos Especificos	11
CONCEITOS	13
2.1 Educação à Distância (EAD)	13
2.2 Ensino Remoto Emergencial (ERE)	15
HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA	18
3.1 Educação Física como Componente Curricular no Ensino Básico	18
3.2 Dispositivos legais e Normas vigentes	19
3.3 Discussão sobre Adaptação Emergencial	27
APLICAÇÃO DA DIRETRIZ CURRICULAR NO MODO NÃO PRESENCIAL	32
4.1 Práticas evidenciadas	32
Conclusão	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

Introdução

"O segundo ponto que indica avanços na proposta dos PCNs refere-se às dimensões do conteúdo. Neste sentido, o papel da Educação Física ultrapassa o ensinar esporte, ginástica, dança, jogos, atividades rítmicas, expressivas e conhecimento sobre o próprio corpo para todos, em seus fundamentos e técnicas (dimensão procedimental), mas inclui também os seus valores subjacentes, ou seja, quais atitudes os alunos devem ter nas e para as atividades corporais (dimensão atitudinal). E, finalmente, busca garantir o direito do aluno de saber porque ele está realizando este ou aquele movimento, isto é, quais conceitos estão ligados àqueles procedimentos (dimensão conceitual) (DARIDO, RANGEL-BETI, RAMOS, GALVÃO, FERREIRA," MOTA E SILVA, RODRIGUES, SANCHES, PONTES, CUNHA, 2001, p. 21)

A pandemia do novo coronavírus foi reconhecida oficialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no ano de 2020 e atrelou ao contexto socio-educacional a diversas medidas e diretrizes sanitárias, com vistas a manutenção do bem estar do alunos e ao não prejuízo das atividades educacionais.

1.1 Objetivos Geral

A partir das dificuldades que o Brasil está passando diante a crise sanitária causada pelo vírus SARS-Cov-2 o objetivo deste trabalho é realizar uma revisão bibliográfica informativa sobre as dificuldades enfrentadas no ambiente educacional do ensino básico brasileiro devido a situação pandêmica causada pelo o Novo Coronavírus (Covid19) evidenciando ainda mais os problemas crônicos já existentes no sistema educacional brasileiro.

1.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos este trabalho irá analisar questões de planejamento de ações de prevenção e enfrentamento ao vírus no ambiente escolar.

Discutir a falta de estudos científicos consolidados e conhecimento sobre a dinâmica de propagação do patógeno que trouxe grande insegurança quanto a realização de atividades presenciais e com as posteriores declarações de calamidade pública em diversas áreas do país - medidas emergenciais como alteração no calendário letivo e implementação de modelos de ensino não presenciais.

Analisar as diferenças entre o ensino a distância e o ensino remoto emergencial.

Averiguar sobre o planejamento do retorno as aulas passado o período agudo da crise sanitária, um caminho para o retorno de atividades presenciais, tendo experiências práticas e dados consolidados como norte.

CONCEITOS

Neste capítulo serão abordados dois conceitos gerais necessários para devida compreensão deste trabalho tendo como base os modelos de ensino observados no contexto da adequação emergencial no ensino básico brasileiro.

2.1 Educação à Distância (EAD)

O Ensino a Distância é uma modalidade de ensino virtual, ou seja, não necessariamente o ensino precisa ser presencial em uma instituição para que o processo de aprendizagem aconteça. Esse meio de ensino surgiu no Brasil há alguns anos com os telecursos via rádio, depois televisionados. Seu espaço no processo de aprendizagem foi oficializado na legislação brasileira.

“Segundo Alves (2011), existem registros de que a Educação a Distância - EaD teria surgido no Brasil por volta do século XX. Dados colhidos por Maia; Mattar (2007), Rodrigues (2010), afirmam que em 1904 o Jornal Brasil ofereceu um curso por correspondência para Datilógrafo. Posteriormente em 1923 a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro oferecia cursos de línguas. Em 1937 o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação (MEC) expandiu as escolas radiofônicas dos estados nordestinos, gerando o Movimento de Educação de Base (MEB), um sistema de ensino a distância não formal, visando desenvolver alfabetização para jovens e adultos, por meio de programas de rádio. Em 1961, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), empenhou para expandir o MEB para todo o Brasil, sendo assim oficializado (ARAGÃO,2010). Em 1941 surge o Instituto Universal Brasileiro oferecendo cursos profissionalizantes, o qual já formou milhões de pessoas e até os dias atuais possui alunos. O ensino a distância pode ser misto ou somente virtual. A diferença entre os dois é que no ensino misto a instituição pode exercer as aulas por meios virtuais e eventualmente pedir para que o aluno compareça a instituição para a realização de algumas atividades presenciais de acordo com o calendário da mesma. Já o ensino exclusivamente virtual o aluno não precisará de maneira nenhuma comparecer a instituição sendo assim todo o processo de estudo e avaliativo por meios virtuais.” A educação a distância (EAD) e o ensino remoto emergencial (ERE) em tempos de Pandemia da Covid 19

O ensino a distância (EAD) foi garantido pela Lei Nº 9.394 de dezembro 1996 em seu artigo 80. Perante essa norma, entende-se que, para que as instituições disponibilizem o ensino a distância, deve haver um processo de preparo e

aparelhamento técnico seguido de autorização legal. Essa modalidade só começou a se concretizar no Brasil no ano de 2000.

"Ganhou força no ano de 2000 com a institucionalização da Rede de Educação Superior a Distância (UniRede), na qual instituições públicas do Brasil se comprometeram a ofertar cursos de graduação, pós graduação e de extensão de qualidade na modalidade EAD. Em 2000, um consórcio de dez universidades privadas e comunitárias cria a marca Universidade Virtual Brasileira (UVB.BR), para cooperação em desenvolvimento de plataformas tecnológicas comuns, produção de conteúdos para EAD. (ARAGÃO, 2010)." A educação a distância (EAD) e o ensino remoto emergencial (ERE) em tempos de Pandemia da Covid 19.

Esse método enfrentou resistência no meio socioeconômico , pois o conceito era inovador e sua aplicação dependia de estruturação técnica diferenciada, sem contar com a rotina presencial em sala de aula.

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:
I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; (Redação dada pela Lei nº 12.603, de 2012)

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Observado o art. 80 da Lei Nº 9.394, constata-se que o ensino remoto é possível para todos os níveis de ensino, mas a realidade é que esse método era utilizado em larga escala apenas no nível superior de ensino, sendo que no nível fundamental ele figurava meramente como uma complementação dos estudos oferecidos pelos professores no ambiente físico da escola ou em situações excepcionais. art. 32 parágrafo 4º

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

O avanço tecnológico e a difusão do acesso às tecnologias mudou o cenário consideravelmente, uma vez que a modalidade EAD possibilita - por exemplo - a adaptação de uma rotina de trabalho a uma rotina de estudo.

“A EAD é uma modalidade de ensino que cada vez mais está se destacando no cenário atual, principalmente porque se adapta à diferentes realidades dos alunos que procuram formação mediante este meio. Não se trata de uma forma facilitada de conseguir títulos, muito menos de formação de baixa qualidade. Trata-se de um sistema que atende as necessidades de um público específico e está atingindo cada vez mais segmentos.” (FARIA; SALVADORI,2010,p.16).O aprendizado virtual ganha cada vez mais espaço, trazendo consigo os desafios ao corpo docentes que agora enfrentam, muitas vezes sem o preparo e apoio técnico suficientes, a tarefa de aliar educação com tecnologia.

A concepção de que na modalidade EAD o “aluno estudando os conteúdos sozinho (autodidatismo), no seu ritmo e o computador sendo utilizado como uma máquina de ensinar”. (PIMENTEL, CARVALHO, 2020, s/p) ficou no passado. Hoje vê-se não somente o computador, mas a tecnologia disseminando conhecimento entre discentes e docentes e vice-versa. É claro que ainda existem instituições que optam pela concepção de ¹conhecimento de mensagem fechada, mas a maioria das instituições tem optado pela concepção de ²conhecimento de mensagem aberta.

2.2 Ensino Remoto Emergencial (ERE)

O Ensino Remoto Emergencial (ERE), respaldado pela portaria nº 343, publicada pelo Ministério da Educação em 17 de março de 2020, é uma solução temporária e estratégica que objetiva gerenciar a crise educacional causada pela Pandemia de Covid-19, proporcionando à comunidade escolar e acadêmica a possibilidade de manter, dentro das circunstâncias possíveis, as atividades de ensino.

As plataformas e ferramentas digitais ou programas de videoconferências têm sido utilizados para compensar a defasagem educacional causada pela pandemia:

¹ concepção de mensagem fechada: precisa ser apenas aprendido e assimilado

² concepção de mensagem aberta: constante interação entre professor-discente e discente-discente.
Naiara Porto da Silva Coqueiro - Brazilian Journal of Development 66061

“Muitos estudantes continuam sem as aulas presenciais em todas as etapas de ensino e concomitantemente ao período de isolamento essas escolas começaram a trabalhar em atividades a distância, elaborando videoaulas, preparando conteúdos digitais, realizando web conferências, enviando atividades para os alunos com o objetivo de minimizar a defasagem curricular e manter a aproximação com os estudantes.” (CARVALHO et al, 2020, p.03).

A evasão escolar é um fator de preocupação na análise do sistema educacional e, durante a implementação do Ensino Remoto Emergencial, ficou ainda mais evidenciado motivado por questões como falta de acesso à infraestrutura, falta de aparelhos celulares ou computadores e/ou condições financeiras para adquiri-los; Famílias cujos pais são analfabetos e/ou detém pouca instrução escolar formal para auxiliar os filhos nas tarefas educativas e esclarecer dúvidas sobre as atividades escolares. Com isso observou-se a pouca eficiência do ERE para alunos das escolas públicas .

Nos dois casos, tanto no ERE como no EAD, a tecnologia é o ponto em comum. O diferencial é que o EAD consiste em um processo educativo planejado, onde os alunos optam por cursar a modalidade. Já o ERE surgiu em meio a uma pandemia por um processo emergencial onde tanto alunos quanto professores foram compelidos a aderir , sob pena de prejudicar ainda mais o calendário escolar. A opção prévia de trabalhar com determinada modalidade implica em diferenciais como treinamento e apoio para o desenvolvimento de tarefas digitais e virtuais, resultando em uma melhor qualidade do serviço prestado e melhor compreensão do conteúdo administrado. No caso do ERE “Os docentes, por conta própria, precisaram repensar os conteúdos pertinentes a serem oferecidos neste contexto e não receberam treinamento, instrumentalização ou suporte técnico” (VIO et al, 2020, p. 03).

Outro fator observado nesse contexto é a segregação do público estudantil de baixa renda, uma vez que as aulas são diárias e ³síncronas, exigindo que o aluno tenha acesso constante à internet, computador, smartphone ou políticas públicas.

³ Síncronas: comunicação síncrona refere-se ao contato imediato entre o emissor (quem envia a mensagem) e o receptor (quem recebe a mensagem)
R da Cunha Recuero- verso e reverso 2008

“TE, 20 Por parte dos docentes e discentes, a indisponibilidade de acesso à internet e de equipamentos para acesso à internet. Aqui o problema infraestrutura é candente em seu aspecto material: não há que se falar em enculturação digital sem o mínimo de investimento infraestrutural em TDIC. Isto significa disponibilidade de hardware e software e acesso à internet de qualidade nas instituições de educação, mas também sob a posse de professores e estudantes dessas instituições.” (NONATO, SALES, CAVALCAN21, p. 19).

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Esse capítulo trará um breve panorama histórico para contextualizar a evolução do conceito de Educação Física na legislação brasileira e da sua consequente aplicação no ambiente estudantil.

3.1 Educação Física como Componente Curricular no Ensino Básico

A Educação Física escolar constitui-se de vários atributos importantíssimos no desenvolvimento coletivo e/ou individual dos alunos, tudo isso mediado pelo trabalho do professor de Educação Física concebendo aos seus alunos não apenas saúde e qualidade de vida, mas também desenvolvendo o seu senso crítico frente as atividades físicas.

A referida disciplina é atualmente regida pela a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB , Lei Federal nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, em seu parágrafo terceiro em seu artigo 26. Valendo ressaltar que a legislação no que tange a Educação Física no Brasil se deu no inicio do ano de 1851 através da Lei nº 630, que tratava da inclusão da matéria ginástica na grade curricular em escolas primarias do Município da Corte que na época era o atual Rio de Janeiro.

Em 1870, após a reforma Educacional Paulino de Souza deu-se a obrigatoriedade da ginástica na escola pública de forma geral. No final da década de 1960 e início da década de 1970 deu-se a inclusão não só da Educação Física como também das disciplinas obrigatória de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos dos Problemas Brasileiros.

Na década de 1970 pode-se perceber a matéria de Educação Física de forma competente conseguindo objetivar ao que lhe era incumbida, conseguindo cativar a atenção dos estudantes, liberando confrontos e conflitos canalizando o campo esportivo.

A Lei nº 9.394, a LDB, no parágrafo terceiro do seu artigo 26, trás o reconhecimento da Educação Física como parte integrante da grade curricular, o que representou um avanço da valorização da matéria pela a legislação brasileira, o reflexo da Ditadura Militar no Brasil não mais sendo usada apenas como forma de condicionamento mais sim como parte relevante para o desenvolvimento humano.

"Além disso, a Educação Física é componente curricular obrigatório da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos, previsto sob a Lei no 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996)."

A inclusão do termo obrigatório da matéria de Educação Física pela legislação brasileiro se deu pelo o Projeto de Lei nº 2.758 de 1997 cuja a adesão do termo veio para impossibilitar qualquer forma de interpretação errônea que pudesse ser aplicada levando a colocar a Educação Física de forma facultativa na grade curricular da Educação Básica, valendo ressaltar que o texto de lei mencionado não mais se encontra em vigor.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 abarca em seu inciso I no artigo 206 a igualdade de condições para o acesso e permanência da escola como base principiológica que foi *a posteriori* incorporada pela a LDB pelo o seu artigo 3º. Vale-se ressaltar a pertinência da matéria tratada no presente trabalho cuja a margem de objetificação se baseia em fomentar o diálogo dentre as condições encontradas no cenário atual visando trabalhar quais as condições de acesso dos alunos de forma igualitária podem ser trabalhadas pela a escola no Ensino Básico afim de garantir este princípio constitucional.

3.2 Dispositivos legais e Normas vigentes

No ano de 2020 o mundo entrou em estado de alerta pelo surgimento de um vírus chamado popularmente de o novo coronavírus ou covid-19. Ele surgiu na China e se espalhou rapidamente por todo o mundo afetando diretamente na vida das pessoas. Inicialmente não sabíamos muito sobre o SARS-CoV-2 mas sabíamos que o distanciamento social era uma das formas de evitar o contágio entre as pessoas.

O governo do Distrito Federal considerou a classificação dada pela organização mundial de saúde, no dia 11 de março de 2020 como pandemia do novo coronavírus. Considerando a situação os governos tiveram que tomar medidas

urgentes de prevenção contra a disseminação do vírus. Essas medidas impactaram na vida de todos os brasileiros incluindo professores e alunos.

O decreto nº 40.520, de 14 de março de 2020 – Distrito Federal, dizia, as escolas e muitos outros estabelecimentos citados no mesmo tiveram que suspender as atividades inicialmente por um período de 15 dias, ainda no mesmo decreto parágrafo 1º dizia que a suspensão das aulas na rede de ensino pública do Distrito Federal, deveria ser compreendida como recesso/férias escolares do mês de julho e teve o seu início no dia 16 de março de 2020, fazendo aproximadamente 40 milhões de crianças adolescentes e jovens a ficar em casa assim como mais de 2 milhões de professores e profissionais da educação estiveram em situação de distanciamento social.

Porém sabemos que o isolamento social não cumpriu com o prazo de 15 dias determinados no decreto nº40.520 sendo assim postergado por muito mais tempo. O cenário então das instituições da rede pública começaram a enfrentar grandes problemas sobre a volta as aulas.

“A escola é o lugar da convivência. Os espaços e práticas escolares sempre foram pensados para favorecer a interação e o aprendizado a partir da experiência concreta. Pensar um projeto de atividades para os alunos desenvolverem em casa, afastados de seus pares, sem o acompanhamento do professor, até pouco tempo atrás era inconcebível para a educação básica. (BADIN, PEDERSETTI, da SILVA, 2020)”

Como a citação do artigo Desafio da Educação Escolar em Tempos de pandemia diz, realmente era impossível imaginar um cenário aonde o aluno não estivesse em um local pensado e projetado para o seu desenvolvimento pessoal que é a escola. A relevância da escola como espaço físico e entidade ficou mais evidente com a suspensão das aulas, afinal, muitos alunos dependem dos programas de apoio oferecido pelas instituições de ensino, seja para conseguir estudar e/ou até mesmo se alimentar. E a pandemia provocada pelo novo coronavírus tem impactado fortemente na educação. Levando os profissionais da educação a reverem os seus métodos e conceito de ensino.

“No entanto, as circunstâncias geradas pela pandemia exigiram esse esforço que precisou ser pensado em conjunto, levando em consideração todos os segmentos que compõem a comunidade escolar. (BADIN, PEDERSETTI, da SILVA, 2020)”

Esse acontecimento tem nos levado a pensar de forma sistemática sobre as dificuldades de acompanhamento das atividades escolares no ambiente doméstico assim como as dificuldades enfrentadas por professores e a escola, para oferecer

educação de qualidade aos estudantes. Essa situação causou muitas dúvidas sobre como seria as aulas e quais os protocolos a serem seguidos.

A secretária de educação se reuniu para debater e desenvolver um projeto no qual fosse possível a retomada das aulas de maneira remota. Para que nenhum aluno fosse prejudicado, garantindo o seu direito à educação e a saúde, os sistemas de ensino foram induzidos subitamente a criar e executar diversas medidas.

Diante da situação o Conselho Nacional de Educação (CNE) juntamente com a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e demais órgãos realizaram uma discussão sobre as medidas que deveriam ser tomadas diante a situação atual, então o conselho nacional de educação (CNE) emitiu orientações no dia 28/04/2020 pelo parecer CP/CNE nº 05/2020 aonde o mesmo mostrou ser favorável nas atividades on-line para todas as etapas de ensino.

As aulas remotas e o uso de diferentes plataformas digitais substituem as salas de aula de forma provisória na maioria dos estados do Brasil, mesmo podendo afirmar que o recurso tecnológico de modo que algum provenha das mesmas qualidades eficazes de socialização e formação de habilidades primordiais na educação dos alunos. As escolas de maneira geral disponibilizaram material impresso para aqueles alunos carentes de acesso à internet, mas infelizmente não foi uma solução eficiente devido a conturbada realidade que os discentes estavam padecendo no momento, muitos alunos por situações téticas não conseguem transporte e outros meios para ter acesso a esses instrumentos de ensino influenciando negativamente no avanço de seus estudos.

Ainda no parecer CP/CNE nº 05/2020 aprovado no dia 28/04/2020 ele define algumas diretrizes a serem seguidas pela secretária de educação que serviram também como base para o desenvolvimento do ensino durante esse período. O conselho nacional de educação ainda salientou e ofereceu cursos para os professores poderem entender algumas plataformas de ensino. Planejou a distribuição dos alimentos para aqueles alunos de baixa renda que dependiam do ambiente escolar para estudar e se alimentar. Entre outras diretrizes que

abrangeram a todos os meios de ensino e formação dos estudantes e professores da rede básica e de nível superior.

O programa Tempo de Aprender foi desenvolvido com o intuito de organizar e enviar atividades para os estudantes desenvolverem durante o distanciamento social. Essas atividades são administradas para os alunos por professores conforme o docente julgar essencial, afinal os conteúdos abordados no ano letivo deixam de ser atribuições obrigatórias. Mesmo ofertando atividades não obrigatórias e não presenciais, as escolas se mobilizam para organizar e sistematizar protocolos de ensino para aprimorar a relação da tríade aluno/escola/família e o avanço do ensino e aprendizagem.

O Conselho Nacional de Educação já estava com a fase inicial do programa de inovação educação conectada. Esse projeto tem como objetivo apoiar a universalização do acesso à internet e estimular o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica de ensino. O programa teve início no ano de 2017 à 2018 e está previsto passar por 3 fases sendo que a primeira fase foi a de indução que começou em novembro de 2017 ela diz respeito sobre a implementação do programa e o seu objetivo era inicialmente alcançar o atendimento de 44,6% dos alunos da educação; a segunda fase é chamada de expansão e começou a ser aplicada no ano de 2019 à 2021 e a meta é alcançar cerca de 85% dos alunos da rede de ensino e iniciar com a avaliação dos resultados. Por fim temos a terceira fase que é chamada de sustentabilidade que está prevista para ser implementada no ano de 2022 e tem como meta alcançar 100% dos alunos e estudantes levando para todos internet de qualidade e transformar o projeto em política pública.



Figura 1 As 4 dimensões

<http://educacaoconectada.mec.gov.br/o-programa/sobre>

O mesmo parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) CP/CNE nº 05/2020 tratou sobre diversas diretrizes a serem seguidas pelo corpo docente das instituições e deixou claro que a permissão para a liberação do ensino remoto é uma medida tomada para evitar o retrocesso na educação do Brasil e ainda manter um vínculo do aluno com a escola. Ainda citou que as atividades on-line podem ser computadas como o cumprimento das cargas horárias obrigatórias tanto dos alunos como dos professores.

"Por atividades não presenciais entende-se, neste parecer, aquelas a serem realizadas pela instituição de ensino com os estudantes quando não for possível a presença física destes no ambiente escolar. A realização de atividades pedagógicas não presenciais visa, em primeiro lugar, que se evite retrocesso de aprendizagem por parte dos estudantes e a perda do vínculo com a escola, o que pode levar à evasão e abandono (BRASIL, 2020, p. 6).

O desenvolvimento do efetivo trabalho escolar por meio de atividades não presenciais é uma das alternativas para reduzir a reposição de carga horária presencial ao final da situação de emergência e permitir que os estudantes mantenham uma rotina básica de atividades escolares mesmos afastados do ambiente físico da escola" (BRASIL, 2020, p. 7, grifo nosso).

Ainda sobre esse mesmo parecer ele reafirma que cada estado ou município devesse tomar as próprias decisões finais dos calendários escolares considerando que cada um tem a autonomia de ajustar esse calendário de forma que ele fique claro e que o mesmo perdure até as restrições sanitárias que impedem os alunos a retornar ao ambiente escolar físico.

Evidencia ainda sobre as atividades propostas pelos professores que não estão sendo aplicadas dentro do ambiente escolar. Os professores devem orientar os pais e alunos, conduzindo atividades por meios de plataformas on-line de maneira que os alunos consigam estudar de casa.

É importante reafirmar que as atividades escolares não presenciais são propostas pelos professores aos alunos que devem ser desenvolvidas em casa com o conselho dos pais, porém não necessariamente são somente as atividades com registro escrito de cunho avaliativo. Estas atividades também podem ser uma leitura, brincadeiras, um filme ou documentário, vivência ou até mesmo alguma criação de atividade dentro de casa.

As possibilidades de atividades são diversas podendo acrescentar essa experiência não só aos alunos como aos pais também e isso nos mostra ainda mais como o papel do pai ou responsável nesse momento se tornou ainda mais presente na vida educacional do aluno.

As atividades escolares se realizam na tradicional sala de aula, do mesmo modo que em outros locais adequados a trabalhos teóricos e práticos, a leituras, pesquisas ou atividades em grupo, treinamento e demonstrações, contato com o meio ambiente e com as demais atividades humanas de natureza cultural e artística, visando à plenitude da formação de cada aluno. Assim, não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a lei. Esta se caracterizará por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados (BRASIL, 1997).

Tendo em vista que além da situação atual de pandemia devido ao O novo coronavírus o parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/BEB nº 05/97 salienta que atividades escolares não necessariamente são aquelas que são desenvolvidas dentro do ambiente escolar. E hoje diante o cenário desse isolamento social que já ultrapassa 500 dias desde o dia que organização mundial da saúde decretou como pandemia estamos vivendo um cenário completamente novo. O

parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/BEB nº 05/97 hoje faz tanto sentido como em qualquer outra situação já vivenciada até os dias atuais.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

A lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) nos mostra como na citação acima que obrigatoriamente as disciplinas escolares devem ser desenvolvidas em instituições próprias, ou seja, como lei ela tem caráter obrigatório para todos os estados e municípios. Todavia o contexto recente de pandemia estimulada pelo O novo Coronavírus determina uma exceção diante o estado de não normalidade, um estado jamais vivenciado até os tempos atuais.

O que gerou muitos questionamentos e desafios diante das próprias legislações vigentes. Sendo assim entendemos um estado de exceção dentro do cenário de ensino (Escola) e muitos desdobramentos vem desafiando os entes federados a rever e propor novas normas sobre práticas escolares e sobre o andamento do ano letivo para que nenhuma entidade ou aluno fique desassistido.

Esses questionamentos foram muito necessários quebrando assim barreiras que impediam ou que impossibilitavam o corpo docente e alunos a continuarem com o aprendizado que é garantido por Lei e que está predisposto na (LDBEN 9394/96). Desse modo no dia 01/04/2020 o Governo Federal lançou uma medida provisória nº934, que flexibilizou o calendário escolar quanto ao número de dias letivos prevendo que.

"Art. 1º O estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do disposto no inciso I do caput e no § 1º do art. 24 e no inciso II do caput do art. 31 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino. Parágrafo único. A dispensa de que trata o caput se aplicará para o ano letivo afetado pelas medidas para

enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (BRASIL, 2020)."

Deste modo vemos que mesmo tendo a dispensa de 200 dias letivos, ainda deveria ser observada a carga horária de 800 horas. Desta maneira a necessidade de um planejamento específico que garantisse a todos os estudantes o direito a educação respaldando os princípios de cidadania, previstos na constituição Federal e ainda respaldando a todos os estudantes.

"O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: [...] § 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino à distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais" (LDBEN nº 9394/96 BRASIL, 1996).

Ainda que não seja trivial a educação por meios on-line na etapa de ensino fundamental a lei LDBEN nº 9394/96 autoriza em casos de emergências, como podemos observar no artigo 32 que estabelece que o período de 9 anos gratuitos na rede pública de ensino, com os alunos podendo iniciar a partir dos 6 anos de idade deverá ser de modo presencial e o ensino a distância pode ser utilizado como ferramenta de complementação ou então em situações emergenciais.

A lei LDBEN nº 9394/96 ainda levanta no artigo 80, "O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada" que é a situação que está sendo necessária em questão até o dado momento. Ainda sobre a regulamentação desse artigo ela se deu por meio do Decreto nº 9.075/17 que considera a educação a distância como modalidade educacional.

"[...] a mediação pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação, compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial;

II - se encontrem no exterior, por qualquer motivo;

III - vivam em localidades que não possuam rede regular de atendimento escolar presencial;

IV - sejam transferidas compulsoriamente para regiões de difícil acesso, incluídas as missões localizadas em regiões de fronteira; ou V - estejam em situação de privação de liberdade" (BRASIL, 2017).

Desta forma como diz neste decreto a regulamentação da situação emergencial pode somente ser aplicada para as pessoas nos casos mostrados acima.

3.3 Discussão sobre Adaptação Emergencial

A iniciação do ensino remoto emergencial salientou a insuficiência de políticas públicas até mesmo com os professores, onde os mesmos não estavam preparados para o novo modelo de ensino, tendo de adaptar sua forma de trabalho com o mínimo de conhecimento ofertado pelo curso de formação on-line oferecido através dos sistemas de ensino.

"As atividades on-line são disponibilizadas na Plataforma Google Classroom. Os professores também utilizam outros aplicativos da Google. A maioria das escolas também criou grupos de WhatsApp para facilitar a comunicação entre a escola, professores, alunos, pais e responsáveis. Geralmente, os grupos são organizados por turma/ano/ série." (PALÚ,2020)

A eclosão da pandemia despertou ainda mais os interesses de empresa privadas em introduzir-se no que diz respeito as novas premências, como elaboração de material didático, nas tecnologias de ensino e administração escolar. Uma das grandes parcerias que se concretizou e constituiu grande parte das redes de ensino foi a coparticipação do Google. As aulas a distância em diferentes plataformas on-line já havia sido debatidas por grandes empresas antes mesmo do surto do COVID-19 como forma de disputa do fundo público.

Com tudo isso ainda podemos perceber no decorrer desse momento que; os pais também estão tendo que participar ainda mais do aprendizado de seu filho por estarem dentro do ambiente doméstico, sendo os pais ou responsáveis que muitas das vezes têm o papel de auxiliar nas tarefas estipuladas pelos professores para os filhos, dentro de casa e além do papel de pais eles estão complementando o papel do professor dentro de suas casas.

Claro que esse papel do responsável em ajudar o aluno com as atividades extracurriculares postas pelos professores nem sempre é uma missão fácil. Levando em conta que muitos pais auxiliavam os horários de escola dos filhos com o horário de trabalho dos mesmos, para que eles pudessem deixar os filhos em um ambiente seguro para que ele pudesse estar fora do ambiente doméstico exercendo a sua função no seu local de trabalho.

O que prejudicou ainda mais a vida de muitos brasileiros, por mais que tivesse sido decretado o lockdown muitas pessoas ainda estavam saindo de suas casas para trabalhar ou então muitas pessoas trocaram o trabalho presencial pelo trabalho remoto. O que se torna ainda mais delicado dentro do ambiente doméstico tanto para o pai como para o aluno de reorganizar uma nova rotina aonde o mesmo tem que desenvolver as atividades do seu trabalho e ainda ajudar o filho com as atividades da escola como uma extensão do professor.

Sabendo que o cenário socioeconômico do Brasil é muito desigual temos em vista que muitos alunos enfrentam dificuldades diante ao acesso básico da internet ou até mesmo de aparelhos eletrônicos que possibilitam aos alunos terem acesso as plataformas de ensino, ainda assim continuamos enfrentando problemas para levar acesso e um ensino básico a todos os alunos.

A adesão da nova modalidade de ensino destacou-se como uma das soluções para diminuir os impactos do não cumprimento dos 200 dias letivos, mas levantou grandes preocupações, afinal a educação escolar no ensino básico para ser concretizada com eficiência necessita ser vivenciada no ambiente escolar

"Uma das grandes preocupações ao pensar esse projeto, além de cumprir as exigências legais, foi minimizar as perdas decorrentes da suspensão das aulas. Podemos dizer que este tem sido um dos maiores desafios impostos às redes de ensino, pois a incerteza imposta pela pandemia gerou um cenário tão inédito que a própria legislação precisou se readaptar para permitir uma organização minimamente coerente." (BADIN, A.M.; PEDERSETTI, S.; SILVA, M.B, 2020)

A educação escolar não se baseia apenas no comprimento curricular do aluno, as especificidades do acontecimento exige participação conjunta das instituições de ensino, professores e responsáveis. Fazer apenas o uso dessas ferramentas não garante a qualidade de ensino, os professores precisaram ajustar o

conhecimento tecnológico do novo método com o teórico, enaltecendo a importância da qualificação dos docentes na melhoria do ensino e educação.

O novo modelo do ensino a distância e presencial possuem falhas necessitando de boas políticas públicas e educacionais. O cenário pandêmico enaltece a urgência de reavaliar e repensar a execução do ensino remoto devido algumas rupturas e imperfeições do novo método. A implementação das tecnologias digitais no contexto escolar agrava algumas dificuldades como desigualdade e a capacitação dos professores no ensino remoto, decorrente da falta de investimento que encabeça a efetivação da nova modalidade no Ensino Básico.

Mesmo sendo um componente curricular obrigatório da educação básica a Educação Física antes da pandemia já enfrentava seus desafios para prender a atenção dos alunos.

Com a chegada da pandemia os desafios se multiplicaram, um desses desafios foi a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a pandemia de Covid-19, respaldado pela portaria nº 343, publicada pelo governo brasileiro em 17 de março de 2020.

Para melhor dimensionar o desafio Antonio Jansen realizou uma pesquisa com os alunos da rede de ensino estadual de três estados do Nordeste, com o objetivo de verificar o nível de adesão desses alunos ao regime especial de aulas na pandemia.

Ferramentas como Classroom (plataforma da Google), criação de emails institucionais ou grupos de Whatsapp serviram como conector escola/aluno/família neste processo. Vale ressaltar que o Whatsapp, por ser um aplicativo que faz parte do cotidiano da maioria da população, foi de longe a ferramenta de maior aceitação pelos participantes da pesquisa.

O questionário de pesquisa foi enviado para 823 alunos e apenas 235 responderam.

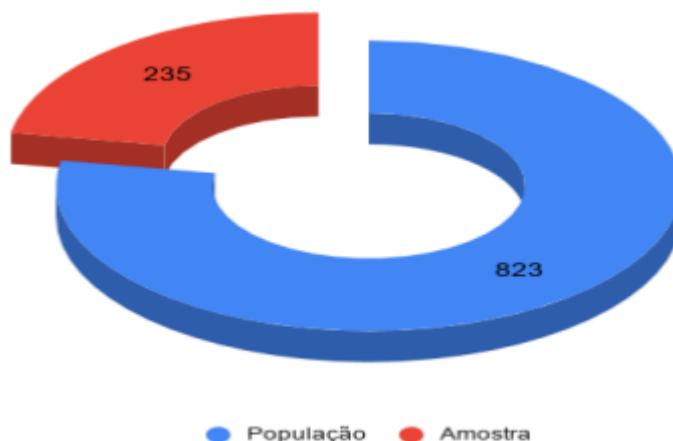


Figura 2 Quantitativo da população e amostra da pesquisa

[A ADESÃO DOS ALUNOS ÀS ATIVIDADES REMOTAS DURANTE A PANDEMIA REALIDADES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.pdf](#)

Questiona-se:

Dos 235 alunos que responderam o questionário mais de 66% não tiveram dificuldade em respondê-lo, mas problemas como falta de acesso à internet ou a falta de domínio da ferramenta para acessar e/ou utilizar a plataforma foram fatores que comprometeram o bom andamento do processo, além é claro dos que optaram por não participar e/ou realizar as atividades.

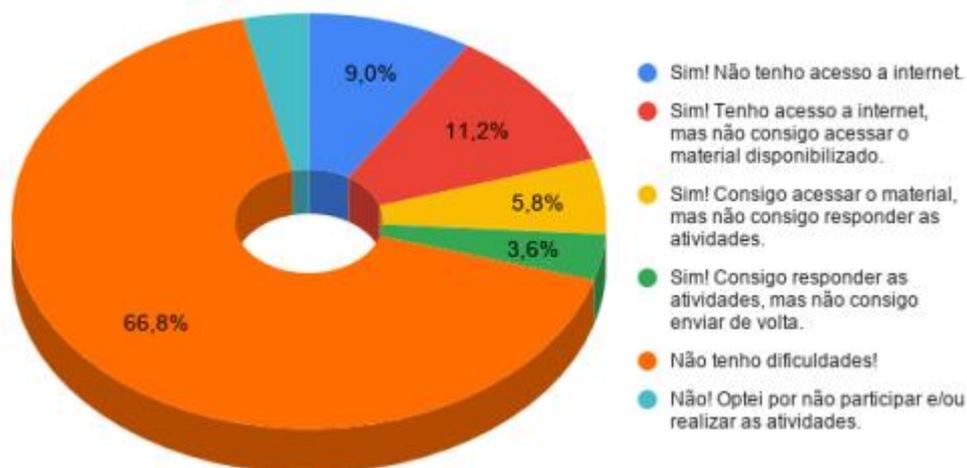


Figura 3 Você tem enfrentado alguma dificuldade no acesso ao conteúdo disponibilizado pela escola?

[A ADESÃO DOS ALUNOS ÀS ATIVIDADES REMOTAS DURANTE A PANDEMIA REALIDADES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.pdf](#)

O ponto crítico da pesquisa está associado a duas questões básicas: A falta de ferramenta para acessar a internet e a falta da internet. Outra questão que não

tem como passar despercebida é o fato de 588 dos participantes não responderam ao questionário que reforça a relação com a falta de ferramenta para participar do processo ou a falta de interesse.

APLICAÇÃO DA DIRETRIZ CURRICULAR NO MODO NÃO PRESENCIAL

4.1 Práticas evidenciadas

Um estudo feito pelo Rafael Anthony Ganzer fomenta reflexões procedentes da Avaliação de Aprendizagem com o intuito de investigar a percepção dos gestores, professores, pais e aluno com relação ao processos de ensino-aprendizagem sobre a temática avaliação, realizada em uma escola pública de Santa Catarina utilizando para sua fundamentação um estudo descritivo de natureza qualitativa além de entrevistas semi-estruturadas e, posteriormente, os resultados foram manuseados através de uma análise de conteúdo.

"Especificamente à Educação Física, realizamos um recorte sobre a visão dos segmentos envolvidos na ação educativa, ao que tange a instituição e comunidade escolar, das práticas avaliativas. A investigação abrange diversificados momentos da avaliação, atingindo os indivíduos pertencentes às esferas administrativas (agentes escolares), transmissão (docentes) e de aprendizagem (alunos). A partir disso, pela vivência de suas práticas, a verificação da realidade escolar mediante práticas avaliativas especialmente no atual momento pandêmico, quanto à reprodução de problemas estruturais/sociais excludentes e classificatórios".(GANZER, KERCHER, KÖHNLEIN, 2020)

O autor subdividiu a coleta de informações pelos ciclos da Educação Básica que se poderia realizar uma tomada de posições a partir dos alunos e dos professores, reproduzindo com autenticidade as suas falas. A Educação Infantil não fez parte do estudo por não conseguirem se manifestar de maneira assertiva.

Quadro 1 - A visão dos alunos

Pergunta	Como está sendo esta nova experiência de estudar em casa?	Como são as aulas de Educação Física?	Quais são os pontos positivos? E negativos?	Como você acha que o professor de Educação Física está avaliando você?
Aluno 01	É uma experiência nova, que fazem os alunos desfrutarem de suas capacidades.”	“Estão sendo criativas e inovadoras”	“Positivos: Ter mais calma para a prática dos exercícios e se sentir melhor estando em um ambiente casual. Negativos: Se distrair com mais facilidade e dificuldade na compreensão das matérias.”	“Através de vídeos e fotos fazendo os exercidos, textos explicando os mesmos.”
Aluno 02	“Olha, estou achando legal, mas o ruim disso é que São	“Bom, porque é fácil e não tem muito o que fazer.”	“Positivos: Facilidade de pesquisar. Negativos:	“Entregando as atividades no dia combinado sem falta.”

	<p>muitas coisas para fazer.”</p>		<p>Muito conteúdo e alguns [professores] não respeitam o horário de aula.”</p>	
Aluno 03	<p>“Hoje em dia esse novo meio de aprendizagem é um pouco falho. Em minhas experiências com o EAD dentro do ensino médio, não tive uma aprendizagem boa o suficiente. A distância a qualidade de novos conteúdos estudados foi extremamente baixa. Porém o</p>	<p>“As aulas de Educação Física não estão apresentando uma qualidade boa, pois todas são teóricas e a prática foi deixada de lado.”</p>	<p>“Positivos: A facilidade na pesquisa, ambiente de minha escolha bem como os horários. Negativos: Falta de explicação, falta de orientação adequada, falta de atividades em conjunto, falta de meios didáticos adequados, falta de aulas práticas.”</p>	<p>“De certa forma creio que sim, já que na situação atual o meio de avaliação passou a ser em meus trabalhos teóricos, a matéria de EDF teve que se adequar a esse novo padrão e a professora demonstrou uma certa coerência com a qualidade do trabalho.”</p>

	<p>sistema adotado pelo governo vem se mostrando muito prático, não tendo dificuldades para usar.”</p>			
Aluno 04	<p>“Está sendo legal, a ideia é boa, só que tem alguns [professores] que mandam um pouco demais, tão exigindo... tem que exigir né!? Mas tipo... estão mandando mais do que na escola. Tá sendo uma experiência diferente assim, tá legal!”</p>	<p>Atividades interessantes, pesquisa sobre atividade física... pra quem não conhecia muita coisa é legal.”</p>	<p>Positivos: “Fontes de pesquisa e fácil acesso”.</p> <p>Negativos: “Muitas vezes falta uma explicação do professor.”</p>	<p>“Na minha visão, através das avaliações, controversa pois faltam informações no material que eles nos dispõem. O que não limita a busca por outras fontes”</p>

Como podemos analisar o quadro 1, ao serem perguntados sobre a nova experiência de estudar em casa remotamente, de maneira geral os alunos evidenciaram aceitação pelo conforto do ambiente para estudo, flexibilidade de horários, inovação e criatividade das aulas, além de explorar áreas da Educação Física as quais não conheciam proporcionadas pela tomada teórica. No entanto, evidencia-se um déficit na qualidade do conteúdo e dos processos de ensino-aprendizagem, ressaltando a falta de orientação docente específica, agravando a dificuldade do entendimento do conteúdo, somada às atividades extensivas, a falta das aulas praticas e a dificuldade de se concentrar.

Com relação aos métodos avaliativos (quadro 1), foi possível analisar que a maioria dos professores avaliam seus alunos por trabalhos teóricos a serem entregues em datas marcadas, tendo algumas falhas com o conteúdo cobrados nos trabalhos com o material ofertado pelos professores, sendo questionado pelos alunos a falta de conteúdo e outras fontes.

Com tudo, tiveram casos onde foi possível notar em algumas aulas insuficiências relacionada a qualidade dos métodos avaliativos no ensino remoto, seja no modelo formativo, processual, dialógico e mediador. Onde o professor muitas das vezes só aplica uma prova ou pede trabalhos somáticos aos alunos . Poucos foram os relatos de professores que usufruíram do novo modelo de ensino de forma eficiente avaliando seus alunos seguindo uma linhagem procedimental.

"Pela avaliação, nós professores, muitas vezes, "matamos" nossos alunos, matamos a alma bonita e jovem que eles possuem; reduzimos sua criatividade, seu prazer, sua capacidade de decisão. E a seguir, reclamamos que nossos alunos não são criativos. Como poderão ser criativos, se estivemos, permanentemente, a estiolálos aos poucos com nosso autoritarismo arbitrário?" (LUCKESI, 2003, p.76)

Quadro 2 - A visão dos professores

Perguntas	Como você avalia os alunos?	O que mudou em relação ao atual momento?	Quais são os pontos positivos e os negativos do modelo de ensino adotado em tempos de pandemia?
Professor 01	<p>“Eu avalio os meus alunos que são os menores dando uma nota no geral avaliando sua participação nas atividades relacionamento com os alunos e professor.”</p>	<p>“Ficou mais difícil de dar aula, pois você prepara uma aula e não sabe se os pais irão passar as atividades como você as preparou para serem feitas. Também tem alguns alunos não dão uma devolutiva, as vezes os alunos não tem como enviar atividades ou os pais não tem tempo para enviar/ buscar alguma atividade na</p>	<p>“Positivos: Estão tentando fazer de tudo para todos os alunos terem algo para estudar.</p> <p>Negativos: Sobrecarga sobre os professores que estão trabalhando muito mais do q sua carga horária. Nos chamam a qualquer momento, sendo dia ou noite o que acaba se tornando maçante.”</p>

		escola por estarem trabalhando.”	
Professor 02	<p>“Estou avaliando os alunos hoje através das atividades semanais que eles têm para fazer é entregar via classroom. Ou entregar na escola. 1x por semana. Estou avaliando também através de redações e vídeos quando posto atividade prática. Por exemplo circuitos de exercícios físicos.”</p>	<p>“O que mudou é q fica um pouco mais difícil fazer as aulas práticas. Explicar regras na prática. Principalmente na nossa área de Educação Física.”</p>	<p>“Positivo: Fácil transmissão sobre os aspectos teóricos. Negativo: Falta de acesso a internet e tecnologias, e dificuldade em passar as atividades práticas.”</p>
Professor 03	<p>Avalio os alunos de forma processual, levando em consideração os aspectos quantitativos e qualitativos,</p>	<p>“Estou avaliando o retorno das atividades, pois para cada atividade encaminhada, os alunos devem relatar sobre como a</p>	<p>“Positivos: Menor risco de contágio, empenho das famílias em desenvolver as atividades conforme suas condições e</p>

	<p>assumindo e respeitando seu caráter diagnóstico, formativo e somativo. Oportunizo um momento de reflexão coletiva, envolvendo vários temas, as condutas de cada um, as próprias práticas avaliativas, as decisões em conjunto, o tempo necessário para a aprendizagem, a compreensão crítica da realidade, necessidades e intencionalidades objetivas e subjetivas. São avaliados também: o desempenho motor; o respeito a</p>	<p>realizaram e quais foram suas dificuldades e a dedicação dos alunos. E com certeza no retorno das aulas presenciais teremos que fazer uma retomada de tudo que foi encaminhado no período de aulas remotas. Não posso exigir muito mais... pois temos que levar em consideração todas as questões que envolvem o processo: pandemia, famílias, tecnologias, espaços e materiais disponíveis, riscos de desemprego, falta de tempo dos pais e alguns, desinteresse.”</p>	<p>retornando da maneira que conseguem (vídeos, WhatsApp, classroom). Negativos: Dificuldades de acesso à internet e tecnologias, como computadores e aparelhos celulares, o que acarreta tanto na prática quanto no retorno das atividades. “Mas considero que a principal seria a falta de convivência e atividades coletivas”.</p>
--	---	--	---

	<p>individualidade do colega; o respeito às regras da aula e das atividades/jogos; o interesse pelas atividades e motivação ao realizá-las; o fazer e o tentar fazer.”</p>		
--	--	--	--

Analisando o discurso dos professores (quadro 2) do ensino médio e fundamental com relação aos métodos de avaliação que estavam utilizando, foi possível notar que ambos priorizam a avaliação procedimental juntamente com o aspecto atitudinal correlacionando respeito, cooperação e a participação, complementando com trabalhos teóricos defasando o método avaliativo. Com tudo, os professores salientam suas preocupações com relação ao ensino remoto adotado pelas escolas, prejudicando as aulas práticas e o acompanhamento dos professores nos aspectos gerais quanto específicos. Em consenso, justificam os resultados insatisfatórios das avaliações por decorrência das condições socioeconômicas das famílias, evidenciando a falta de políticas públicas para os alunos a meio do Ensino Remoto Emergencial.

No questionário da pesquisa evidencia-se positivamente sinais de mudanças na prática avaliativa da professora 3 (quadro 2 a visão do professor) do ensino médio. Mesmo em tempos de aulas remotas, a professora consegue replicar uma avaliação que acompanhe os processos de ensino-aprendizagem do aluno, não defasando o sistema avaliativo formativo, diagnóstico, processual e dinâmico de forma humanista, relativizando os aspectos físicos, cognitivos, psicossociais. Não se limitando em análises relativistas, levando em consideração os posicionamentos críticos de seus alunos reconhecendo o limite e as adversidades sofridas pelos os mesmo.

Essas mudanças salientada pela a professora 3 (quadro 2 - a visão do professor) evidencia que o método avaliativo não deve ser contextualizado sobre a mensuração do desempenho físico do aluno. Frisando assim, mudanças na prática avaliativa desconstruindo os padrões considerados rígidos e desumanizadores do sistema atual.

Conclusão

O início do ensino remoto emergencial evidenciou a insuficiência de políticas públicas voltadas para capacitação de professores e para o aprimoramento do quadro funcional de carreira de apoio técnico e administrativo aos docentes, uma vez que os mesmos - além de não estarem tecnicamente preparados - não dispunham de apoio técnico para a produção de material específico para modalidade não presencial. .

Partindo dessa perspectiva, a demanda dos professores tredobrou. Fora a função orgânica de educador e lidar com a “capacitação” emergencial e atender as novas exigências de um modelo de ensino experimental de sua própria casa com os seus próprios aparatos, os docentes ficaram expostos ao escrutínio de uma sociedade que esperava do ensino público uma qualidade para além do que o de fato foi possível.

O apoio dos pais ou responsáveis passou a ser indispensável para complementar e até mesmo executar as novas formas de atividades escolares - uma vez que o espaço físico escolar foi temporariamente substituído pelo ambiente doméstico. O papel do responsável em ajudar o aluno com as atividades extracurriculares postas pelos professores nem sempre é uma missão fácil, levando em conta que muitos desses precisam conciliar o tempo dispêndio para auxiliar os alunos com os horários de trabalho - reorganizando uma rotina e assumindo um papel de extensão do professor. Sendo o cenário econômico do Brasil extremamente desigual, muitos alunos enfrentaram dificuldades de acesso à internet e à aparelhos eletrônicos que os possibilitassem acesso as plataformas de ensino.

Apesar da nova modalidade de ensino remoto destacar-se como uma das soluções para diminuir os impactos do não cumprimento dos 200 dias letivos, a adesão massiva dessa levantou grandes preocupações, afinal, a educação escolar no ensino básico necessita de etapas/atividades presenciais para o devido desenvolvimento e formação dos alunos.

A educação escolar não se baseia apenas no comprimento curricular e fazer uso das ferramentas citadas não garante a qualidade de ensino. Os professores precisaram ajustar o conhecimento tecnológico ao teórico, o que enaltece ainda mais a importância da qualificação dos docentes e da disponibilização de apoio técnico e

administrativo nesse processo de melhoria do ensino e da educação. Torna-se necessário reavaliar e repensar a execução do ensino remoto, observando o uso das tecnologias digitais no contexto escolar público e as questões de desigualdade de acesso ao ensino, de necessidade de capacitação e apoio aos professores.

Como um componente curricular obrigatório da educação básica, a Educação Física já enfrentava desafios para prender a atenção dos alunos e com a chegada da pandemia os desafios se multiplicaram - o principal foi a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais. A perspectiva de retorno presencial não diminui os desafios, visto que protocolos como distanciamento social, o uso de máscara de proteção e higienização periódica de matérias utilizados nas aulas ainda serão premissas a serem aplicadas.

O estudo e análise da situação atual - mesmo que o período agudo da crise sanitária tenha passado e hajam expectativas de melhora gradual no cenário econômico-social - tornam-se ferramentas que devem impulsionar o desenvolvimento de novas formas de educar, estimular fomento de uma revolução metodológica no ensino público e aprimoramento da relação escola/ambiente domiciliar. Tão importante quanto desenvolver o sistema de ensino com base nas dificuldades observadas durante o período emergencial, será desenvolver ações afirmativas onde os alunos prejudicados possam buscar e receber o apoio - mitigando os prejuízos.

A partir do estudo realizado neste trabalho, pondera-se que os docentes e gestores são parte ativa para o processo de superação das adversidades e testemunhas vitais dos impactos sofridos pelos alunos, fazendo deles peças chaves para evolução do ensino nas instituições públicas

Observado o período do qual a análise metodológica foi feita, conclui-se que o tema carece de um estudos aprofundados e específicos, bem como um desenvolvimento de interesse político para moldar novas formas de ensino - fomentando a prática de técnicas inovadoras que observem as particularidades do ensino público que priorizem tanto a qualidade quanto a inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

JANSEN, Antonio Jansen Fernandes da Silva - **A ADESÃO DOS ALUNOS ÀS ATIVIDADES REMOTAS DURANTE A PANDEMIA: REALIDADES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR** - Cuiabá-MT, vol. 24, n. 2, p. 57-70, mai./ ago., 2020 ISSN 1517-6096 – ISSN e 2178-5945.

FRAZÃO, Gabriel Frazão Silva Pedrosa, Karin Dietz - **A PRÁTICA DE ENSINO DE ARTE E EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19**- Disponível em: <<http://www.revista.ufrr.br/boca>> BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA) ano II, vol. 2, n. 6, Boa Vista, 2020 106 .

PALÚ, Janete Palu, Jenerton Arlan Schütz e Leandro Mayer ScColetânea - **DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA** - (Organizadores) Janete Palú, Jenerton Arlan Schütz, Leandro Mayer - Editora Ilustração- Brasil: Cruz Alta/RS, 2020 p. 19 a 217.

da Silva, Naiara Porto da Silva Coqueiro, Erivan Coqueiro Sousa - **A educação a distância (EAD) e o ensino remoto emergencial (ERE) em tempos de Pandemia da Covid 19** - Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.7, p. 66061-66075 jul. 2021.

MARTINIS, Joelma Almeida, Vivian Martins- **EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL: saberes fazeres escolares em exposição nas redes e a educação on-line como perspectiva** - Revista Docência Ciberultura Maio/Ago 2020.

ROSSONI, Carolina Barbosa da Silva, Katiele de Sena Rossoni,- **FERRAMENTAS UTILIZADAS PELOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DURANTE A PANDEMIA NAS ESCOLAS PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO-SC** - Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Ano 2020.

SOUZA, Heloisa de Castro Freire, Inglity Lorraine da Silva Cruz, Maria Eduarda Souza Moreira, Maria Eduarda Nascimento Sales, Nhaypi Iasmin Taveira Moreira , - **Metodologias e tecnologias para educação em tempos de pandemia COVID-19** - Braz. J. Hea. Rev., Curitiba, v. 3, n. 3, p.6281-6290 may./jun. 2020.

GODOI, Christiane Caneva, Larissa Beraldo Kawashima, Luciane de Almeida Gomes, Marcos Godoi - **O ensino remoto durante a pandemia de covid-19: desafios, aprendizagens e expectativas dos professores universitários de Educação Física** Research, Society and Development, v. 9, n. 10, e4309108734, 2020.

SURAYA, Eduardo Vinicius Mota e Silva, Glauco Nunes Souto RAMOS, Lilian RODRIGUES, Luiz Henrique RODRIGUES, Luiz SANCHES, Suray Cristina Darido - **A EDUCAÇÃO FÍSICA, A FORMAÇÃO DO CIDADÃO E OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS** - Rev. paul. Educ. Fís., São Paulo, 15(1):17-32, jan./jun. 2001.

STREGE, Everson Rodrigo Tatto, Marcelo Franco Leão, Mônica Strege Médici - **Percepções de estudantes do Ensino Médio das redes pública e privada sobre atividades remotas ofertadas em tempos de pandemia do coronavírus** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, Campus Confresa/MT – Brasil Revista Thema v.18 Especial 2020.

GOTTARDO, Ricardo Junior Gottardo - **TRANSFORMAÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA** - UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - UNIJUÍ DEPARTAMENTO DE HUMANIDADES E EDUCAÇÃO - DHE CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CÂMPUS SANTA ROSA/ RS 2021.

MONTEIRO, Fabrício Monteiro - **A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A LDB** - Prefeitura de São Paulo – EMEF João Ribeiro de Barros Faculdade Estácio – SP.

da SILVA, Gabriel Luiz da Silva - **Educação Física Escolar pós pandemia: um olhar para os protocolos de volta às aulas presenciais elaborados pelas Unidades da Federação**. - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto 2020.

ARAGÃO, Cláudia Aragão - **Comunidades virtuais de aprendizagem** - 2 ed. Salvador: UNEB/ EAD, 2010.

BRASIL - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. - Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 maio. 2021.

CARVALHO, Carla Beatriz - **Ensino Remoto e Necessidades Específicas: o papel da escola e das famílias**.- Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 6, n. 10 , p. 74871- 74885, oct. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/17636>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ALVES, Lucineia.-**Educação à distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**.- Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2011. Disponível em http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf. Acesso em: 10 maio. 2021.

FARIA, Adriano Antonio; SALVADORI, Angela. - **A Educação a Distância e seu Movimento Histórico no Brasil**. - Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 8, n. 1, janeiro/junho 2010.

NONATO, Emanuel do Rosário Santos; SALES, Mary Valda Souza; CAVALCANTE, Társio Ribeiro Cavalcante. - **Cultura Digital E Recursos Pedagógicos Digitais: Um Panorama da Docência na Covid-19**. - Revista Práxis Educacional v.17, n.45, p. 1-25, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8309/5691>. Acesso em: 02 jun. 2021.

LUCKESI, Cipriano Carlos. - **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** - São Paulo: Cortez, 1995.

BADIN, A.M; PEDERSETTTI, S.; SILVA, M.B. - **Educação básica em tempos de pandemia: tentativa para minimizar o impacto do distanciamento e manter o vínculo entre os alunos, as famílias e a escola.** - (Organizadores) Janete Palú, Jenerton Arlan Schütz, Leandro Mayer - Editora Ilustração- Brasil: Cruz Alta/RS, 2020 p.130.